

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004902-71.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Jesus Martins**  
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS.**

**JESUS MARTINS** ajuizou a presente ação de **INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL** em face de **ABN AMRO BANK S.A (BANCO SANTANDER)**, todos devidamente qualificados.

O autor informa na sua exordial que no ano de 2008 solicitou o encerramento da sua conta corrente junto a instituição financeira ré. Ocorre que após este fato foi indevidamente cobrado pela requerida por valores em aberto após o encerramento de sua conta através do feito nº 0012428-19.2010.8.26.0566 que tramitou perante a 3ª Vara Cível desta comarca julgado improcedente (a ação de cobrança foi rechaçada e o Juízo condenou a instituição ré ao pagamento de indenização por danos morais). Assegura que mesmo após a referida ação, a requerida continua efetuando cobranças, por meio de correspondências e telefonemas, constrangendo-o perante outras pessoas. Requereu a liminarmente a determinação para que a requerida deixe de realizar qualquer tipo de contato e a procedência da demanda condenando a ré ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 16/53.

À fls. 54/55 deferida antecipação de tutela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada a instituição financeira ré apresentou contestação alegando preliminarmente ilegitimidade passiva. No mérito afirma que houve cessão de crédito de forma legal e a instituição financeira requerida, ora contestante, não agiu de forma irregular ante mesmo a ausência de demonstração de cobrança ilícita. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda, caso contrário, requereu ainda fixação de verba indenizatória condizente com as peculiaridades do caso.

Sobreveio réplica às fls. 92/93.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 94 e não se manifestaram (cf. fls. 97).

**É o RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

O judiciário já se pronunciou sobre a inexigibilidade de qualquer débito referente à conta corrente nº 3550656, que o autor mantinha junto ao Banco Santander nesta cidade (ag. 0926) e também sobre a impossibilidade da referida casa bancária lançar sobre os dados do autor qualquer restrição.

Nesse sentido é claríssimo o acórdão que segue a fls. 24 e ss, cujo julgamento se concretizou em 25/06/2014 (publicação em 04/07 do mesmo ano).

Já a documentação exibida a fls. 17/53 indica que desrespeitando o comando emergente do referido acórdão o Banco voltou a cargo cobrando do autor débitos da conta já referida.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Mesmo o pagamento de faturas de cartão de crédito emitidas após o encerramento da conta foi considerado efetuado pelo Juízo da 3ª Vara Cível, à vista de comprovantes apresentados nos autos nº 1253/10 (v. fls. 02 da decisão).

E também nestes autos o banco nada provou sobre eventual dívida em atraso daquela natureza.

Considerando o resultado do processo, a Casa Bancária deveria ter dado “baixa” na conta do autor, todavia, **negociou o débito – que não mais existia - com terceiro** (Recovery) e este passou a importunar o autor enviando a ele os documentos que seguem a fls. 37 e ss.

Destarte, só se pode reconhecer a responsabilidade da ré na linha de desdobramento causal.

Normalmente entendemos que incidentes ou descumprimentos contratuais não geram dano indenizável, mas no caso em tela, a situação é mais séria.

Qualquer pessoa normal se sente verdadeiramente traída e vilipendiada em seus direitos diante de uma situação como a analisada. É, com efeito, conduta mais gravosa que não pode ser tida como simples importunação.

Suficiente à reparação, sem provocar indevido enriquecimento, o valor de **R\$ 10.000,00**.

A correção monetária incide desde a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

sentença, de acordo com a uniformização da jurisprudência, pelo Superior Tribunal de Justiça, que editou Súmula dispondo que a correção monetária se inicia na data do arbitramento (n. 362). Os juros moratórios devem seguir o mesmo termo, pois haverá evidente descompasso se retroagirem à data da citação ou do próprio ato que originou a ação. Neste sentido, há indicação da doutrina (Cahali, Yussef Said, Dano Moral, RT, 4ª Ed., 2011, p. 639) e precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp. 903.258/RS, rel. Ministra Maria Isabel Galotti).

\*\*\*

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL**, para o fim de **condenar o ABN AMRO BANK S/A (Banco Santander)** ao autor, **JESUS MARTINS**, o valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), a título de danos morais. Tal valor deve ter incidência de correção monetária e juros de mora a contar da data da presente sentença.

Ante a sucumbência, fica ainda o banco requerido condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, em 15% (quinze) por cento sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessários, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**